

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.901  
DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MATSUO NISHIYAMA SUZUKI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: BANCO DO BRASIL S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: IGOR D'MOURA CAVALCANTE</b>

Agravo regimental em recurso extraordinário com agravo. 2. Direito do Trabalho. 3. Acidente de trabalho. Indenização por danos morais e materiais. Necessidade do revolvimento do conjunto fático-probatório. Incidência do Enunciado 279 da Súmula do STF. Matéria infraconstitucional. Ofensa reflexa à Constituição Federal. 4. Agravo regimental a que se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 22 de setembro de 2015.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

*Documento assinado digitalmente*

**22/09/2015**

**SEGUNDA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.901  
DISTRITO FEDERAL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. GILMAR MENDES</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: MATSUO NISHIYAMA SUZUKI</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: JOSÉ EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: BANCO DO BRASIL S/A</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: IGOR D'MOURA CAVALCANTE</b>

## **R E L A T Ó R I O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** Trata-se de agravo regimental em recurso extraordinário com agravo contra decisão que negou provimento a recurso, ante incidência do Enunciado 279 da Súmula do STF.

No agravo regimental, sustenta-se que não há falar em reexame de fatos e provas, mas sim em *“reenquadramento jurídico das premissas fáticas reconhecidas nos acórdãos recorridos”* (eDOC 48, p. 3).

É o relatório.

22/09/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.901**

**DISTRITO FEDERAL**

**V O T O**

**O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES (RELATOR):** No agravo regimental, não ficou demonstrado o desacerto da decisão agravada.

Verifico que as alegações da parte são impertinentes e decorrem de mero inconformismo com a decisão adotada por este Tribunal, uma vez que a parte agravante não trouxe argumentos suficientes a infirmá-la, visando apenas à rediscussão da matéria já decidida de acordo com a jurisprudência pacífica desta Corte.

O Tribunal de origem consignou:

“Há que se ressaltar juízo, diante de outras provas e circunstâncias dos autos, o juízo poderá fazer prevalecer conclusão diversa daquela constante do laudo pericial, conforme autoriza os termos do artigo 436 do CPC - no caso, acolhendo a contraprova do assistente técnico do banco, em seu laudo de fls. 871-888, o qual concluiu que a reclamante era portadora de etiologia de doença não ocupacional -. E essa é a hipótese dos autos, pelo qual se analisou toda a vida funcional pregressa da reclamante e não se constatou o nexo de causalidade. Nesse sentido, restou constatado que, mesmo após os vários afastamentos ocorridos durante o decurso do contrato de trabalho, ainda assim a autora não melhorava seu quadro clínico, nem mesmo depois de um afastamento do trabalho por longo período (após 8 anos da aposentadoria), ocasião em que houve agravamento da patologia apresentada, além do que o quadro fático, muito bem delineado, indica pela inexistência de atividades repetitivas, tudo isso a afastar o nexo de causalidade da enfermidade desenvolvida com o exercício das atividades desenvolvidas no reclamado. Em sentido contrário, a razoabilidade levaria à conclusão de que o afastamento do labor

**ARE 907901 AGR / DF**

provocaria, necessariamente, uma redução dos sintomas e do agravamento da doença, o que não ocorreu, no caso”. (eDOC 26, p. 9).

Assim, reitero, divergir do entendimento adotado pelo acórdão recorrido demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada na via extraordinária, em face do óbice previsto no Enunciado 279 da Súmula do STF.

Ademais, ao negar provimento ao recurso, o Tribunal *a quo* observou o Código de Processo Civil e o Código Civil. Assim, a matéria debatida na origem restringe-se ao âmbito infraconstitucional, de modo que ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do presente recurso.

Quanto ao tema, confira-se o julgado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ACIDENTE DE TRABALHO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 279 DO STF. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - Para se chegar à conclusão contrária à adotada pelo Tribunal de origem, necessário seria o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que inviabiliza o extraordinário, nos termos da Súmula 279 do STF. II - Agravo regimental a que se nega provimento”. (ARE 779.182-AgR/DF, rel. min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, Dje 13.02.2014);

“Agravo regimental no recurso extraordinário com agravo. Danos morais. Ofensa reflexa. Reexame de provas. Impossibilidade. Precedentes. 1. Inadmissível, em recurso extraordinário, o reexame dos fatos e das provas dos autos e a análise de legislação infraconstitucional. Incidência das

**ARE 907901 AGR / DF**

Súmulas nºs 636 e 279/STF. 2. Agravo regimental não provido".  
(ARE 680.939-AgR/SP, rel. min. Dias Toffoli, Primeira Turma,  
DJe 08.02.2013).

Ante o exposto, nego provimento ao agravo regimental.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 907.901**

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

**RELATOR : MIN. GILMAR MENDES**

AGTE.(S) : MATSUCO NISHIYAMA SUZUKI

ADV.(A/S) : JOSÉ EYMARD LOGUERCIO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : BANCO DO BRASIL S/A

ADV.(A/S) : IGOR D'MOURA CAVALCANTE

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 22.09.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária